

CPI pode encerrar polêmica sobre despesa com inativo

Professores aposentados custam R\$ 1,7 bilhão – 35% do gasto de toda a Previdência estadual

A inclusão ou não dos professores inativos na conta do ensino – considerar a despesa com os profissionais aposentados e pensionistas do magistério para efeito do mínimo constitucional de 30% da receita de impostos e transferências devidos à educação – será um dos pontos sobre os quais a Comissão Parlamentar de Inquérito da Educação na Assembléia Legislativa pode jogar alguma luz. Hoje, o Estado gasta R\$ 1,7 bilhão no pagamento de professores inativos, o que equivale a cerca de 35% da despesa de todos os servidores aposentados em São Paulo. Esse dinheiro sai do caixa do ensino, mas desde 1995 é alvo de um cabo de guerra entre o governo paulista, o Conselho Estadual de Educação (CEE) e deputados estaduais.

Assim como a composição das receitas, o que entra como despesa no cálculo do repasse constitucional pode fazer muita diferença no volume do total de recursos destinados ao setor. Segundo a deliberação n.º 11/95 do CEE, homologada pela Secretaria da Educação, o gasto com inativos não pode ser considerado como despesa na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). É o caso do que se gasta com restaurantes universitários e serviços de assistência (médica, odontológica, etc) ao professor ou aluno, por exemplo.

Não há lei, na lógica do governo estadual – e do Tribunal de Contas do Estado (TCE) – que impeça o desconto dos inativos para efeito dos 30% constitucionais devidos à MDE. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), do fim de 1996, não se refere especificamente ao problema e é objeto de interpretações contraditórias nesse sentido.

O próprio Executivo, entretanto, resolveu adotar na preparação do Orçamento de 1997 uma segunda deliberação do CEE (n.º 6/96) determinando a redução de 10% ao ano do abatimento dos inativos no cálculo do mínimo legal. No prazo de dez anos, a partir de então, o governo teria de zerar a despesa com professores

aposentados do cálculo da verba destinada à educação.

Hipóteses – O TCE, ao examinar as contas do Executivo daquele ano, considerou as duas hipóteses. Fez o cálculo da aplicação no ensino considerando 100% dos gastos com inativos e 80% do total dessa despesa, como havia feito a Secretaria da Fazenda. Para o tribunal, a regra não se aplicaria necessariamente porque as decisões do conselho não teriam poder normativo. Da mesma forma, o TCE se propõe a avaliar a prestação de contas de acordo com o que foi aprovado no Orçamento. “A definição dos recursos destinados ao ensino estarão consagrados nas leis orçamentárias de cada uma das pessoas políticas, cabendo aos respectivos tribunais de contas acompanhar e fiscalizar sua correta aplicação.

Não se reclama dos cortes de contas a pré-definição do que possa ou não ser contido nas leis do Orçamento”, diz o voto do relator da Instrução 1/97, o conselheiro do tribunal Edgard Camargo Rodrigues. Ele referia-se justamente “à espinhosa questão das verbas do ensino” e da inclusão dos inativos.

Em 1998, o governo Mário Covas (PSDB) retoma o critério anterior e passa a descontar 100% dos inativos da conta da educação. Desde então, se estivesse valendo o modelo adotado por São Paulo em 1997 – sistemática que acabou virando modelo nacional citada no parecer 26/97 do Conselho Nacional de Educação – o ensino teria, até o ano que vem, mais R\$ 2,3 bilhões. Se fosse seguida, a deliberação do Conselho Estadual da Educação reduziria pela metade já em 2000 a despesa com inativos.

Esse dinheiro, então, poderia estar sendo gasto na capacitação de professores, compra de material didático e reforma de escolas. É o que gostaria, pelo menos, a professora Elaine Barbi Rosa Vieira, que dá aulas de Matemática, Ciências e Biologia para o

ensino fundamental e médio (antigos primeiro e segundo graus) no colégio Otávio Mendes, na zona norte. “São 2.800 alunos”, conta Elaine, que recebe R\$ 1.140 mensais. “Nossa Associação de Pais e Mestres (APM) é muito ativa, recolhe doações para pequenos consertos, mas precisamos de uma reforma que deve começar pela ampliação dos banheiros”, sugere. “Com tanta coisa por fazer, inclusive acabar com goteiras na escola, que fica num prédio de 51 anos, a gente esquece até do salário.”

Segundo a secretária de Educação, Rose Neubauer, São Paulo vai destinar no ano que vem cerca de R\$ 700 milhões para treinamento de professores e reforma de escolas. A secretaria informou ter transferido R\$ 6.053,70 este ano para a APM do Otávio Mendes. Dinheiro destinado a pequenos reparos na escola, que tem 10 computadores para uso pedagógico.

Além disso, os repasses às APMS, de 1995 a agosto, teriam somado R\$ 484 milhões, contra R\$ 16 milhões investidos de 1991 a 1994, na administração de Luiz Antônio Fleury.

De acordo com o deputado César

Callegari (PSB), ex-presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) no governo Fleury, e hoje presidente da CPI na Assembléia, a dívida de Covas com a educação chega a cerca de R\$ 7 bilhões. Valor acumulado desde 1995, se incluído o dinheiro que o governo gastou com os inativos. “Não dá para admitir que a despesa com alguém fora da atividade possa ser considerada válida na manutenção e desenvolvimento do ensino”, protesta o deputado.

É nesse imbróglio de leis e interpretações que a CPI pode esclarecer como deve ser gasto o dinheiro da educação e propor a regulamentação da matéria. “Grande parte das controvérsias surgem da ausência de uma regulamentação específica”, afirma o secretário-adjunto da Fazenda, Fernando Dall’Acqua. “Inexistente



*A professora Elaine:
consertos na
escola, que fica
em prédio de 51
anos, feitos com
doações*

Sebastião Moreira/AE



*Colégio
Otávio
Mendes, na
zona norte:
poucos
banheiros e
2.800 alunos
comprimidos
em salas de
aula com
tacos soltos*

**ATÉ
SINDICATOS E
PETISTAS
DIVERGEM
SOBRE
EXCLUSÃO DE
APOSENTADOS**

tindo a regulamentação, prevalece o que é aprovado no Orçamento e as orientações do TCE.” Por isso, segundo ele, o Estado hoje incorpora os inativos na conta da educação, procedimento esse que vem sendo utilizado desde 1990, quando o tribunal de contas, pela primeira vez, mencionou o assunto em parecer do relator Eduardo Bittencourt.

Dall’Acqua argumenta que a questão dos inativos é parte de um problema muito maior: o financiamento da Previdência. “Essa questão deve ser colocada com muito cuidado”, alerta. “O problema aqui não é a prioridade à educação, mas sim como exercer essa prioridade com responsabilidade fiscal.” O Estado gasta hoje R\$ 6,6 bilhões com inativos, incluindo os do magistério.

Para pagar os benefícios, arrecada apenas R\$ 600 milhões em contribuições previdenciárias. Ele alerta: “A retirada dos inativos da verba da educação abriria

a possibilidade de gastos adicionais na área, mas deixaria descoberto um déficit de quase R\$ 2 bilhões para o qual não existe previsão de fonte de receita; isso provocaria um desequilíbrio orçamentário muito grande.”

Para o secretário-adjunto, decidir sobre os inativos da educação sem considerar o potencial buraco que a questão pode abrir nas contas do Estado seria “uma enorme irresponsabilidade fiscal, já que abre espaço para aumento de gasto sem a devida cobertura, o que só poderia ser equacionado com enormes cortes nas outras áreas sociais”.

Divergência – O desafio é tão grande que até os sindicatos e deputados do PT divergem da exclusão imediata dos professores aposentados e pensionistas. Segundo a deputada Mariângela Duarte (PT), vice-presidente da CPI, a exclusão dos aposentados é uma questão “estratégica”.

“Nossa concepção é de que a despesa com inativos não diz respeito ao ensino, mas diante das ameaças aos direitos dos aposentados como um todo, esse problema tem de ser analisado com muito cuidado.”

Segundo sua colega Maria Lucia Prandi, integrante da comissão permanente de Educação da Assembléia, o PT encara a questão com restrições. Vai brigar pela exclusão dos inativos apenas se tiver a garantia de que os benefícios dos professores aposentados não correm riscos. “Estamos esperando a criação de um fundo previdenciário, mas diferente do que o governador já apresentou à Assembléia”, diz a presidente da Associação dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp), Maria Izabel Azevedo Noronha. Com 145 mil associados e 30 mil aposentados, a Apeoesp também defende “em tese” a exclusão dos inativos como gasto de ensino. (M.C.)